



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Rua Líbero Badaró, 425, 8º e 12º andares - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: (11) 3224-6000

ATA DA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CMDRSS

Data: 27/06/2025

Horário: 09h00 às 12h00 horas

Formato: Online

Plataforma - online:

https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZTjiYTcwMjUtODVjOC00MjcYLTg1NzltMWU4NTA3NDA1Yjg2%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257B%2522Tid%2522%3A%2522f39fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%2522%2C%2522Oid%2522%3A%252286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%2522%257D%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=5cf4c991-5dd9-42dc-82ec-b451ef78705b&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true

Participantes:

Poder Público:

Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS
Deborra Sahyn - Titular - Departamento de Sustentabilidade Agroambiental/SAA
Lia Palm - Presidente - Titular - SMDet/CA
Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAA
Luciana Chakarian Kuada - Suplente - SMUL
Ludmila Mello de Amorim - Titular - SGM/SECLIMA
Luiza Alegre Caballero - Suplente - SGM/SECLIMA
Mara Solange Pasi - Suplente - Subprefeitura Capela do Socorro
Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura Parelheiros
Maria Alice Silva Ferreira Rosmaninho - Titular - Câmara Municipal São Paulo
Paulo Cesar Leite Saraiva - Suplente - CATI/SAA
Raquel Araújo de Jesus Ponte - Titular - SMUL
Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SPTuris
Roseli Allemann - Titular - SVMA

Sociedade Civil:

André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familiar
Jaine Pacheco dos Santos - Titular - Agricultores Zona Sul
Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte
Maria de Lourdes/Lia Esperança - Titular - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste
Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultores Zona Sul
Pâmela Fernanda de Sousa Lucena - Suplente - Congetur
Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultores Zona Sul
Simone Afonso da Silva - Suplente - Comusan

Convidados:

Ana Roso - Sítio Kurucutu
Andréa Barreto - SMDet/AdeSampa
Andrea Wang Catalani - SME/CODAE
Andreia Barreto - SMDet/AdeSampa
Carolina Bastos Mendonça - SME/CODAE
Diego Blum - SMDet/AdeSampa
Elisângela Martins - Espaço casa da Arvoré
Guilherme Maruxo - Sítio Sampa
Iuri Timoner - Técnico em Agrofloresta
Joana Mangini/Vigilância Ambiental Parelheiros/UVIS/SMS
Marina Sierra Camargo - Planta Feliz
Solange Aparecida Dias - SMDet/CA
Thiago Kenji Matsuo - DVZ/NVE - Vigilância Ambiental

Ausência justificada:

Maira Soares Galvanese - Suplente/SVMA
Maira Santos Calazans Silva - SMDet/CA

Em 27 de Junho de 2025 foi realizada a 05ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião Online.

Pauta:

Pauta 1 - Raiva Animal - Joana Vigilância Ambiental Parelheiros (Rose Conselheira Titular).
Pauta 2 - Atualizações do Rolê Agroecológico / CODAE
Pauta 3 - Enxames de abelhas, parceria entre zoonose e verde. (Pamela Titular).
Pauta 4 - Informações sobre o GT. Art. 48 (Roseli Allemann)
Pauta 5 - Função das Escolas Estufas (André Biazotti)
Pauta 6 - Apresentação dos resultados do Acelerando Hortas 2 (Andréa ADESAMPA)
Pauta 7 - Atualizações do programa Sampa+Rural
Pauta 8 - Informes

Lia Palm: Começa à reunião cumprimentando a todos. Em seguida, informa que a reunião terá a participação da Vigilância Ambiental de Parelheiros/UVIS/Secretaria Municipal da Saúde e começa com a Pauta nº 1.

Pauta 1 - Raiva Animal - Joana Mangini/Vigilância Ambiental Parelheiros (Rose Conselheira Titular).

Lia Palm: Agradece a presença dos convidados da reunião, destacando a importância da participação da Joana da Vigilância Ambiental. Em seguida, menciona que o tema foi trazido por Rose e convida-a a contextualizar a pauta. Informa ainda que, após a fala de Rose, a palavra será passada para a área da Saúde para contribuir com informações e esclarecimentos.

Rose Duarte: Apresenta preocupação com surto de raiva em Embu-Guaçu, identificado há cerca de dois meses por informações extraoficiais. Técnicos do Estado visitaram área próxima ao Parque Jaceguava, com grande presença de morcegos. Destaca gravidade da doença, falta de campanhas de vacinação e vulnerabilidade da população rural. Reforça a necessidade urgente de vacinar cães e gatos e alerta para o risco devido à circulação entre São Paulo e Embu-Guaçu.

Joana Mangini: Agradece o convite e destaca a importância desses espaços para troca de informações. Em seguida, direciona uma pergunta à conselheira Rose: pede confirmação se o surto de raiva mencionado realmente ocorreu em Embu-Guaçu e se houve algum laudo oficial comprovando os casos, pois essa informação não chegou formalmente à equipe dela.

Rose Duarte: Afirma que, embora não haja laudo oficial, o surto em Embu-Guaçu é real, com ação conjunta da Defesa Agropecuária, veterinário local e vigilância. Destaca área próxima à divisa com São Paulo como ponto crítico e a falta de informação oficial à população. Reforça necessidade urgente de vacinação, conscientização comunitária e atenção à manipulação de animais potencialmente infectados.

Joana Magini: Esclarece que para falar em surto de raiva é necessária confirmação laboratorial, pois sintomas neurológicos podem ter outras causas, como botulismo. Detalha que a **Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA/SAA-SP)** atua mediante notificação municipal e investiga colônias de morcegos, mas não confirma surto apenas com essas ações. Até o momento, não há casos positivos confirmados em Embu-Guaçu. Reforça que controle da raiva em herbívoros é responsabilidade do Estado, e que criadores devem comunicar o CDA/SAA-SP ao observar sintomas. Destaca a importância de seguir fluxos oficiais e dados técnicos para ações públicas e orientação da população.

Rose Duarte: Esclarece que a informação que chegou até ela foi por meio de uma veterinária do distrito de Embu-Guaçu, que mencionou um surto, mas ela mesma não conseguiu confirmar oficialmente essa informação. Como representante do conselho, sua preocupação é estar bem informada sobre a situação real para poder agir com responsabilidade. Ela reforça que acredita que essa comunicação deve ser feita entre as prefeituras e que não cabe a ela buscar ou confirmar esses dados diretamente, pois atua como agricultora. Seu objetivo principal é ter acesso a informações oficiais e claras para melhor orientar o conselho.

Thiago Kenji: Esclarece que a Nesse caso, **Divisão de Vigilância de Zoonoses/DVZ da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo**. Acompanha a raiva, embora a vigilância em herbívoros seja responsabilidade da **Defesa Agropecuária/CDA - Coordenadoria de Defesa Agropecuária**, que faz parte da **Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP)**. Em 2025, foram registrados apenas dois casos em herbívoros, sem configurar surto. Casos isolados são comuns e não representam risco direto à população ou a cães e gatos. Destaca que a raiva em cães e gatos está sob controle em São Paulo, com vacinação e vigilância contínuas.

Lia Palm: Agradece aos esclarecimentos de Thiago e Joana, destacando que as informações trazem tranquilidade ao grupo. Reforça que é essencial basear ações em dados oficiais, evitando decisões por informações informais.

Thiago Kenji: Informa que em 2024 houve um caso de raiva em caprinos na cidade de São Paulo. Explica que, quando há confirmação, a notificação ao município é imediata e, em parceria com a **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP)**, são feitas investigação, verificação de pessoas expostas e vacinação dos animais da propriedade e vizinhança. Reforça que, mesmo sem surto, o acompanhamento é rigoroso e a **Divisão de Vigilância de Zoonoses/DVZ da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP)** está à disposição para esclarecer dúvidas e colaborar com os conselheiros.

Lia Palm: Agradece novamente pelas contribuições e pergunta à conselheira Rose se ela se sente contemplada com os esclarecimentos prestados e convida os demais participantes a se manifestarem, caso tenham mais perguntas ou comentários.

Joana Mangini: Destacou que os boatos sobre raiva não são isolados e reforçou a importância de esclarecimentos técnicos para evitar alarmes falsos. Informou que a vacinação contra raiva em cães e gatos ocorre o ano todo, com posto fixo em Parelheiros e ações itinerantes na zona rural. Ressaltou que, em casos de sintomas neurológicos em animais de produção, é essencial buscar um veterinário, pois nem sempre se trata de raiva. Lembrou que morcegos são protegidos por lei e o manejo deve ser feito apenas pelo CDA/SSA/SP. Reafirmou a excelência do trabalho da Prefeitura e colocou-se, junto com a UVIS/SMS, à disposição para combater boatos e orientar a população.

Lia Palm: Elogia o trabalho da equipe de vigilância em saúde e expressa orgulho pelo serviço público prestado em São Paulo. Em seguida, faz uma última pergunta prática: quer saber qual o canal adequado para representantes e cidadãos tirarem dúvidas ou confirmarem informações em casos de boatos sobre surtos, como o da raiva. Ela menciona a possibilidade do canal 156 e pergunta se há outra forma direta de contato com a equipe técnica, além de convidá-los às reuniões, como foi feito nessa ocasião.

Joana Mangini: Explica que dúvidas sobre saúde animal devem ser encaminhadas à UVIS/SMS por e-mail (uvisparelheiros@prefeitura.sp.gov.br) ou presencialmente (9h às 16h), já que o 156 não direciona corretamente. Informa que animais de produção com sintomas neurológicos precisam de atendimento veterinário particular, enquanto cães e gatos contam com hospital público gratuito (o mais próximo em Jurubatuba). Ressalta que a vigilância só atua mediante confirmação laboratorial feita por profissional habilitado. Sugere nova reunião para discutir criação de animais de produção e saúde pública.

Lia Palm: - Solicita que a equipe da **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS** compartilhe no chat o e-mail e o endereço da praça de atendimento, para que essas informações possam ser registradas em ata e divulgadas aos participantes. Propõe que sejam incluídas na ata as orientações repassadas

durante a reunião: que, em caso de suspeita de raiva em animal de produção, o tutor deve procurar um médico veterinário particular, e que, para cães e gatos, a população pode recorrer aos hospitais públicos veterinários. Destaca que esse registro facilitará o acesso às informações no futuro, seja no histórico do conselho ou em outras consultas.

Rose Duarte: Agradece a presença da saúde e defende maior aproximação entre vigilância e agricultura, com apoio da Coordenadoria para orientar produtores sobre criação animal. Relata que o alarme sobre raiva veio de uma publicação equivocada em redes sociais e reforça a importância de informações oficiais para evitar boatos. Destaca que, embora não crie animais, muitos agricultores locais têm vacas ou cabras, tornando esse diálogo essencial.

Pâmela Fernanda: Agradeceu a presença da equipe da Zoonoses e mencionou que a conselheira Rose já havia abordado parte do que pretendia dizer. Em seguida, levantou uma sugestão: questionou se não seria interessante realizar uma campanha de vacinação para proteção nos casos discutidos.

Lia Palm: Retomou a proposta de realizar uma reunião com a Coordenadoria de Agricultura, ressaltando a importância de aproveitar o encontro para alinhar formas de trabalho conjunto e propõe agendarem essa reunião no segundo semestre.

Em seguida, passou a palavra para Joana, Thiago e a equipe da SURVS (Vigilância em Saúde) para realizarem o encerramento do tema em discussão, respeitando o tempo da reunião.

Joana Mangini: Respondeu à sugestão da Pâmela explicando que campanhas tradicionais de vacinação não são mais recomendadas, conforme normas do Ministério da Saúde e do governo estadual. Destacou que a raiva tem várias variantes e que o controle em herbívoros não se resolve apenas vacinando cães e gatos. Informou que há posto fixo de vacinação e ações anuais na zona rural com carros de apoio. Agradeceu o convite, reforçou a disposição em esclarecer dúvidas e deixou os contatos da equipe para comunicação.

A Unidade de Vigilância em Saúde (UVIS) de Parelheiros está localizada na Rua Cristina Schunck Klein, nº 23, no bairro Parelheiros, São Paulo – SP. Você pode entrar em contato com a unidade pelos seguintes canais:

Telefone: (11) 5921-6910 ou (11) 5920-2779

E-mail: uvisparelheiros@prefeitura.sp.gov.br

Lia Palm: Agradeceu à equipe da saúde, destacando a importância das informações para combater boatos e apoiar a divulgação correta. Reconheceu a pauta de Rose e sugeriu futuros trabalhos conjuntos. Iniciou a segunda pauta, sobre educação, saudando a equipe presente (citando Andrea), relembrando o projeto *Acelerando Hortas* e valorizando a parceria no *Rolê Agroecológico*. Passou a palavra para a Educação relatar o andamento do projeto e convidou conselheiros a se manifestarem.

Pauta 2 - Atualizações do Rolê Agroecológico / CODAE

Andrea Wang Catalani: Agradeceu o espaço e reforçou a parceria com o CMDRSS para o Rolê Agroecológico 2025. Informou que o credenciamento será iniciado com a OSC Nia Hub como parceira técnica, sob supervisão da Secretaria Municipal Educação/SME.

A partir de segunda-feira, o site www.roleagroecologico.org.br trará todas as informações, incluindo a política de credenciamento e o pré-cadastro (até 11/07).

Destques:

Critérios e exigências estarão detalhados no site.

Formulário pedirá CNPJ, documentos e estrutura.

Agricultores deverão indicar atividades (vivência, refeição, kit agroecológico, acessibilidade).

Participantes de 2024 com mesmas condições terão processo simplificado.

Novos ou com mudanças passarão por visita técnica.

Nia Hub fará contato após inscrição.

Conclusão até 15/08, com início do Rolê logo após.

Andrea reforçou a importância de se inscrever logo para facilitar ajustes e atendimento.

Maria de Lourdes (Lia Esperança): Agradeceu a participação e relatou que estava entregando marmitas para 230 famílias. Manifestou entusiasmo com o retorno do **Rolê Agroecológico**, destacando sua importância para a comunidade.

Fez um apelo sobre a situação de jovens (14 a 16 anos) aliciados pelo crime por falta de oportunidades. Defendeu projetos semelhantes ao Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet) de São Paulo, mas voltados a adolescentes, e criticou a regra que limita a permanência a dois anos. Propôs capacitações em panificação e culinária para geração de renda e inclusão social. Concluiu: *“Esses jovens são o nosso futuro, precisamos agir para não os perder.”*

Lia Palm: Solidarizou-se com o relato de Lia Esperança sobre jovens em vulnerabilidade e reconheceu a gravidade da situação. Explicou que o POT, tem regras rígidas e temporárias (1,5 a 3 anos), voltado à reinserção profissional, sem caráter permanente de renda. Destacou esforços para preparar beneficiários para a autonomia, via produção ou capacitação. Observou que menores de 18 anos não são atendidos pelo POT, mas existem programas como o Bolsa Jovem. Comprometeu-se a levantar informações e reafirmou o compromisso em buscar alternativas de apoio sustentável para jovens e agricultores.

Maria de Lourdes / Lia Esperança: Ressaltou que programas públicos raramente chegam às periferias, onde há maior vulnerabilidade, criticando a centralização nas regiões centrais. Contou que as marmitas em sua comunidade são financiadas por doação externa, não pelo poder público. Encerrou agradecendo e desculpando-se pela fala emocionada.

Pâmela Fernanda: Fez uma sugestão direcionada à equipe organizadora do *Rolê Agroecológico*: pediu a criação de um canal direto de atendimento com o setor financeiro. Justificou que, na edição anterior do projeto, houve dificuldades para resolver pendências relacionadas às notas fiscais — inclusive notas que só foram solucionadas no mês anterior, embora fossem de períodos anteriores. Ressaltou que o problema não foi isolado e afetou outras pessoas do território. Reforçou o pedido com “muito carinho”, destacando a necessidade de melhorar essa comunicação para evitar transtornos no próximo ciclo do programa.

Andrea Wang Catalani: Informou que, para o Rolê Agroecológico 2025, foi criado um canal exclusivo de atendimento para agricultores, separado do contato das escolas, para melhorar a triagem de demandas e evitar atrasos e confusões, incluindo questões com notas fiscais. Os contatos já foram compartilhados no chat da reunião e estarão no site a partir de segunda-feira. WhatsApp (11) 91636-6069 atendimento@unidadesprodutivas@niahub.org.br

Rose Duarte: Destacou a relevância do Rolê Agroecológico para a economia circular, envolvendo agricultores, cozinheiros e a comunidade local. Perguntou sobre possíveis melhorias no valor financeiro pago aos participantes nesta edição e solicitou que o link de credenciamento seja divulgado via WhatsApp do

programa Sampa+Rural já na segunda-feira, para facilitar a ampla comunicação com cooperativas, associações e agricultores das edições anteriores. Reforçou que todos os interessados, mesmo os que participaram em 2024, devem preencher o pré-cadastro, alertando que muitos ainda acreditam estar automaticamente incluídos. Agradeceu à equipe da Secretaria da Educação pelo empenho em viabilizar mais uma edição do projeto.

Lia Palm: Respondeu à preocupação de Rose, garantindo que a equipe fará busca ativa para incluir todos os interessados no Rolê Agroecológico 2025. Informou que os avisos serão feitos não apenas por e-mail ou Diário Oficial, mas também por WhatsApp e telefone, visando alcançar o maior número possível de agricultores. Destacou que o aumento de escolas participantes permitirá mais visitas e oportunidades para os agricultores, e que os critérios e regras, como emissão de notas fiscais, estarão mais claros nesta edição. Reafirmou que a equipe acompanhará e apoiará cada agricultor durante todo o processo.

Marina Camargo: Cumprimentou o grupo e questionou se os valores pagos por atividade no Rolê Agroecológico foram revisados. Relatou sua experiência no projeto *Planta Feliz* em 2024, participando apenas uma vez e sem oferecer refeições devido à falta de cozinha adequada e às exigências sanitárias. Explicou que, com remuneração de R\$ 15 por criança em 4 horas de atividade e considerando todos os custos (materiais de limpeza, papel higiênico etc.), o lucro líquido foi de apenas R\$ 83 por atividade, valor considerado baixo frente à carga de trabalho. Ressaltou que a questão financeira é recorrente entre outros membros do Polo de Ecoturismo e reforçou a necessidade de reavaliar o repasse para garantir a viabilidade econômica da participação.

Andrea Wang Catalani: Esclareceu que, embora tenha havido levantamento de demandas sobre remuneração dos agricultores na edição anterior, não foi possível implementar reajustes para o Rolê Agroecológico 2025. Explicou que a edição atual é uma prorrogação do edital anterior e que cortes orçamentários impediram aumento dos valores pagos. Para qualquer alteração seria necessário estudo técnico e novo processo formal, pois os pagamentos são regulados por contratos com Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras. Informou que no próximo ano haverá novo chamamento público, quando será possível revisar os valores com base em critérios técnicos. Quanto à divulgação, reforçou que a OSC parceira fará ampla comunicação aos agricultores cadastrados por e-mail, WhatsApp e redes sociais, com busca ativa para incluir todos no credenciamento, e incentivou inscrições antecipadas para agilizar o processo.

Lia Palm: Comentou sobre a questão do preço/pagamento no Rolê Agroecológico, reconhecendo que embora não haja reajuste nesta edição, a equipe se preocupou em estabelecer um valor justo e competitivo. Ela ressaltou que o valor praticado é considerado bom e que deve trazer um impacto financeiro positivo para muitos e agricultoras e agricultores que participam.

Destacou que, naturalmente, para algumas pessoas que têm outro nível de atuação o valor pode parecer menor, mas para a maioria é uma remuneração adequada e que promove inclusão e valorização.

Por fim, pediu para que as próximas falas fossem feitas por Marina e Elis Angela, e que quem mais quisesse falar aproveitasse a presença da equipe da educação para fazer perguntas e assim encerrar a pauta sobre o Rolê Agroecológico.

Marina Camargo: Destacou a importância da educação financeira no Rolê Agroecológico, pois muitos agricultores não consideram custos reais (ajudantes, limpeza, materiais) e acabam arcando com gastos próprios. Ressaltou que a remuneração, paga após o serviço, dificulta ainda mais. Defendeu a valorização dos custos e ganhos para fortalecer a economia solidária e circular.

Elis Angela Martins: Concordou com Marina e afirmou que o valor pago pelo Rolê Agroecológico é injusto, não cobre custos nem esforços do agricultor. Destacou que quem não vive a rotina rural não entende suas necessidades reais. Sugeriu diálogo com quem conhece a realidade e, se a organização considerar o valor justo, deve apoiar os agricultores a rentabilizar melhor o trabalho, pois “a conta não fecha”.

Guilherme Maruxo: Ele destacou a importância do Rolê Agroecológico, especialmente o kit alimentação de R\$25 (com 5 itens), que ajudou muito os agricultores e parceiros no ano passado. Disse que não precisaram criar nova estrutura, usaram o que já tinham, e que o programa foi essencial, chegando a salvar o ano deles. Colocou-se à disposição para conversar com quem quiser, reforçando o impacto financeiro da iniciativa.

Lia Palm: Destacou que o valor do Rolê Agroecológico foi pensado para ser justo e sustentável, embora sem reajuste nesta edição. Reforçou que a participação é opcional e que cada agricultor deve avaliar riscos e compatibilidade com seu negócio. Explicou que a revisão de preços só será possível no próximo ano, com debate envolvendo conselho, especialistas e agricultores. Ressaltou a importância da educação financeira para fortalecer a gestão dos empreendimentos rurais e encerrou convidando a equipe da educação para considerações finais.

Andrea Wang Catalani: Fez um encerramento motivador, agradecendo a Lia Palm e o empenho do grupo. Reforçou que o rolê de 2025 seguirá com as regras já definidas e que o sucesso deste ano será decisivo para a continuidade do projeto em 2026. Destacou a importância da iniciativa para a educação, os estudantes e a valorização dos agricultores, ressaltando o aprendizado do ano anterior e a expectativa de um processo ainda mais organizado. Reconheceu a Lia Palm como ponte entre a Secretaria e agricultores e encerrou convidando todos ao pré-cadastro, essencial para o avanço do projeto.

Lia Palm: Encerrou a pauta do Rolê Agroecológico com agradecimentos e destacou o programa como marco para a agricultura e para a Prefeitura, pelo caráter inovador e impacto nas crianças e para agricultoras e agricultores. Reforçou a importância da divulgação em redes de confiança e do trabalho em rede, pedindo que agricultores tragam relatos para ações rápidas do grupo. Convocou todos para a divulgação na próxima segunda-feira e abriu a terceira pauta, sobre enxames de abelhas e a parceria entre Zoonoses e a Secretaria do Verde, passando a palavra a Aloisio.

Pauta 3 - Enxames de abelhas, parceria entre zoonose e verde. (Pamela Titular).

Aloisio Areias: Explicou que a pauta dos enxames de abelhas foi proposta por Pamela, titular do tema, e que Bruno (SVMA) não pôde participar por conflito de agenda, mas se colocou à disposição para dialogar depois. Informou que Joana também demonstrou interesse em contribuir e sugeriu que ela falasse após Pamela, para complementar o contexto.

Pamela Fernanda: Levantou preocupações sobre segurança e estrutura do projeto de retirada de enxames de abelhas, destacando que algumas retiradas ocorrem sem isolamento, o que coloca em risco pessoas alérgicas. Questionou quem é legalmente responsável pela segurança — Secretaria do Verde e Meio Ambiente ou Zoonoses da Secretaria Saúde — e apontou a falta de remuneração para quem realiza as retiradas, sugerindo necessidade de revisão do programa com participação efetiva da Prefeitura.

Joana Magini: Esclareceu que a parceria entre Zoonoses da Secretaria da Saúde e Secretaria do Verde e Meio Ambiente para retirada de enxames ainda não existe formalmente; houve apenas ação experimental para avaliar alternativa à eliminação de abelhas. Destacou que a UVIS trabalha há anos eliminando colônias com rigor de segurança (EPI, isolamento), sem acidentes. Não há remuneração nem estrutura para esse modelo, e qualquer ação futura seguiria protocolos de segurança das zoonoses.

Pamela Fernanda: Reforçou preocupação com a segurança na retirada de enxames, destacando que pessoas sem Equipamento Proteção Individual/ EPI ou experiência estavam próximas a colônias em espaço público. Alertou que incidentes graves poderiam prejudicar a população e o setor de apicultura, e enfatizou que apenas pessoas capacitadas devem participar dessas ações.

Lia Palm: Agradeceu a Joana pelos esclarecimentos, reforçando que a parceria entre Zoonoses e Secretaria do Verde ainda não está formalizada, havendo apenas uma ação pontual e experimental. Valoriza a fala de Pamela sobre segurança e qualificação dos envolvidos, reconhecendo a importância da participação da sociedade civil e destacando a relevância de buscar alternativas à eliminação de enxames, sugerindo a criação de um grupo de trabalho ou espaço no conselho para debater o tema com produtores urbanos, caso haja interesse. Encerrou a pauta, agradecendo à equipe da Zoonoses e sugerindo que Joana faça uma fala final, se desejar. Para dar continuidade ao debate, sugeriu incluir uma pequena pauta com o Bruno na próxima reunião, a fim de refletir sobre a estruturação segura e integrada da atuação conjunta, convidando Pamela a enviar suas sugestões por escrito, que seriam encaminhadas oficialmente à **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS/SMS** e ao Bruno. Destacou que ações experimentais podem evoluir para boas políticas públicas, citando o programa, mencionou impactos indiretos sobre as abelhas, como mortes durante fumacês contra dengue, e reforçou a importância do manejo seguro de abelhas nativas e com ferrão, com integração entre Prefeitura e agricultores.

Joana Mangini: Reforçou que não se trata de projeto ou parceria formalizada, mas de uma única ação experimental entre a **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS/SMS** e a Secretaria do Verde E Meio Ambiente, que ainda precisa ser mais bem desenhada ou reavaliada se inviável. Destacou que a responsabilidade pela segurança recai integralmente sobre a **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS/SMS**, sendo um fator sensível. Agradeceu o espaço de diálogo no conselho e informou que a equipe da **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS/SMS** se retiraria da reunião, pois havia permanecido apenas para a terceira pauta. Reconheceu que a presença do Bruno (SVMA) seria importante para aprofundar o tema e sugeriu que Pamela, como criadora de abelhas, traga sugestões concretas para a construção de um possível caminho de parceria estruturado. Sobre nebulização e apicultores, explicou que a UVIS tenta avisar os criadores antes de ações de fumacê contra dengue, mas há dificuldade em identificar previamente os apicultores devido à ausência de rede oficial de cadastro, o que gera conflitos. Citou um episódio grave em que um apicultor reagiu com violência física contra um carro da equipe, resultando em boletim de ocorrência e notificação. Finalizou destacando a necessidade de melhorar a comunicação entre órgãos da Prefeitura e criadores de abelhas e colocando a **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS** à disposição para tratar de quaisquer temas relacionados às suas atribuições.

Lia Palm: Reconheceu que a comunicação com os criadores de abelhas e a notificação é um tema antigo e recorrente nas reuniões, ainda não totalmente resolvido. Destacou que, embora não sejam todos, já existem produtores que criam abelhas nativas em caixas pequenas, e sugeriu unir esforços para ampliar o cadastro desses criadores e fortalecer a rede de notificações, aproveitando o trabalho já em curso pela **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS**. Lamentou o episódio da reação violenta contra a equipe, compreendendo a preocupação das pessoas com a proteção das abelhas. Em seguida, direcionou-se à Pamela para colocá-la em contato com a **Unidade de Vigilância em Saúde/UVIS** e agradeceu novamente à Joana pela participação e pelo trabalho qualificado. Por fim, deu prosseguimento à reunião, convocando Roseli para apresentar a pauta 4 sobre o andamento do Grupo de Trabalho referente ao artigo 48.

Pauta 4 - Informações sobre o GT “Grupo de Trabalho”. Art. 48 (Roseli Allemann) da LEI Nº 17.794 de 27 de abril de 2022

Roseli Allemann: Iniciou agradecendo a fala anterior e comentou sobre o impacto do fumacê, que tem causado a morte de muitas abelhas sem aviso prévio, o que gera preocupação. Informou que desde a posse já foram realizados quatro encontros e criado o Grupo de Trabalho/GT e sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho específico para abelhas, considerando que pelo projeto Pagamento por Serviços Ambientais/PSA os provedores poderão adquirir caixas para criação de abelhas. Destacou parcerias com a Universidade de São Paulo/USP e a Fundação Angélica Matarazzo/FUAN que organizarão um curso em julho focado na criação de abelhas, e explicou que o grupo de trabalho/GT reuniria interessados para apoiar tanto abelhas com ferrão quanto sem ferrão, principalmente no apoio técnico, demanda constante. Sobre o Artigo 48 da Lei 17.794 27/07/2022, comentou que houve avanços com técnicos, especialmente do estado, que já possuem cadastro de áreas para facilitar o Sistema Agroflorestal/SAF nas propriedades rurais usando o Cadastro Ambiental Rural/CAR, e destacou que a nova Lei de Arborização Urbana impõe regras sobre vegetação significativa, gerando discussões importantes sobre integração entre zonas urbana e rural, cadastro de propriedades e obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural/CAR. Ressaltou a participação do técnico Yuri, que atua com agrofloresta na zona urbana e possui projetos na USP, convidando-o a complementar a explanação.

Yuri Engel: Apresentou como técnico em agrofloresta, destacando que sua contribuição é prática, focada em sistemas agroflorestais, especialmente sintrópicos, que exigem manejo constante para produção, melhoria do solo e prevenção do envelhecimento do sistema, com podas e supressões realizadas pelo menos 12 vezes ao ano. Ressaltou que a legislação de arborização urbana em São Paulo impõe muitas altas para supressão e manejo, criando desafios. Comentou que o Artigo 48 está em discussão no decreto municipal em elaboração, visando viabilizar sistemas agroflorestais urbanos e rurais, integrando a plataforma Sampa+Rural para controle e cadastro, equilibrando segurança jurídica e redução de burocracia. Destacou restrições para áreas queimadas, a necessidade de cumprir legislações estaduais de reservas legais e Áreas de Preservação Permanente/APPs, e que em áreas degradadas o manejo será mais simples, enquanto vegetação nativa isolada terá análise criteriosa. Citou a possibilidade de transformar plantações de eucalipto em sistemas produtivos agroflorestais e enfatizou que o manejo deve favorecer agricultura e conservação, não especulação imobiliária. Finalizou afirmando que a minuta de decreto está sendo construído de forma participativa e que a equipe avançou significativamente nas últimas reuniões.

Lia Palm: Agradeceu pelas atualizações sobre o GT, destacando sua importância e o avanço na construção da minuta. Em seguida, introduziu a próxima pauta, sugerida por André, sobre a função das escolas-estufa. Lembrou que, no programa de metas anterior, o Programa Luci Montoro previa a implantação de 32 estufas na cidade, algumas das quais foram interrompidas ou deixaram de existir, enquanto outras permaneciam apenas com a estrutura. Explicou que a meta atual é reativar essas unidades e que, desde o início da Coordenadoria de Agricultura/CA, já foram reativadas dez estufas, superando a previsão inicial de cinco. Informou que outras estufas ainda serão reativadas ou inauguradas neste ano e que a pauta de André dialoga com essa função, sendo relevante para o momento. Concluiu passando a palavra a André para abrir a discussão, enquanto os participantes poderiam se manifestar para construção colaborativa do tema.

Pauta 5 - Função das Escolas Estufas (André Biazotti)

André Biazotti: Iniciou agradecendo a introdução de Lia e comentou sobre a importância de compreender o panorama atual das escolas-estufa antes de avançar na discussão. Ele sugeriu que, para um debate mais produtivo, seria interessante ter uma apresentação estruturada com imagens, dados e diagnóstico visual, permitindo aos conselheiros avaliarem o que já foi feito, os planos de ampliação e organização das ações. Ressaltou o potencial do programa como polo descentralizado de agricultura urbana, produção de mudas para agricultores locais e envolvimento do cidadão comum, e indicou que seria importante organizar bem a pauta para avaliar o caminho atual e possíveis melhorias dentro do Programa Sampa+Rural.

Lia Palm: Respondeu explicando que, embora ainda não haja uma apresentação completa, ela poderia trazer uma introdução sobre as 10 estufas retomadas. Desde 2022, a meta era reativar algumas unidades já existentes, em vez de criar novas estruturas, aproveitando a infraestrutura instalada. As estufas estão localizadas em espaços públicos e sua administração fica a cargo de cada equipamento, como escolas ou centros educacionais, o que gera

variação no uso. Atualmente, estão sendo reformadas as estruturas físicas e de plantio, oferecida assistência técnica, inseridos bolsistas do programa Operação Trabalho e envolvidas mães da alimentação escolar. O projeto “Hortas e Jardins em Casa” também está sendo ativado com oficinas nas estufas, buscando avaliar interesse da população. Lia destacou que as estufas funcionam de formas diferentes, conforme suas localizações, e que ainda não há plano político-pedagógico formal, sendo observada a vocação de cada espaço para planejar a ativação futura. Propôs enviar uma apresentação com fotos e dados das estufas e, se desejado, trazer o Pedro, técnico responsável pelas estufas no Programa Sampa+Rural para aprofundar a discussão.

André Biazoti: Reafirmou interesse em acompanhar mais de perto o programa, elogiando a retomada cuidadosa e respeitosa das estufas, preservando a história de cada local. Sugeriu refletir sobre o futuro do programa, considerando a abertura de novas estufas para formação em agricultura urbana, produção descentralizada de mudas, apoio à criação de hortas urbanas e como ponto de entrada para o cidadão comum. Destacou que o programa não deve se limitar à valorização do que restou do projeto antigo, mas pode servir como base para ações maiores ou integradas a outros programas, como “Hortas e Jardins em Casa”, visando consolidar uma política pública clara de apoio à agricultura urbana para cidadãos que desejam se engajar, mesmo sem situação de vulnerabilidade. Concluiu reforçando a necessidade de uma apresentação visual completa com fotos, dados atualizados e mapeamento das ações realizadas para avaliar se o programa escola-estufa deve ser fortalecido ou se outras iniciativas já ocupam esse espaço de forma mais eficiente.

Lia Palm: Agradeceu e valorizou a fala de André, destacando que foi inspiradora e reforçou o papel do Conselho de trazer luz às pautas prioritárias, lembrando que o tema das estufas está na agenda da SMDet. Explicou que as estufas têm dupla função, produção de mudas e educação/formação ambiental, atendendo tanto a população em geral quanto agricultores, com cultivo protegido como resposta às mudanças climáticas, e que algumas unidades produzirão mudas para distribuição ampla, enquanto outras atenderão internamente as próprias áreas. A SMDet está organizando o planejamento agrícola 2025-2026, com encontros coletivos previstos com as cadeias de agricultura urbana para alinhar ações como a remineralização dos solos. Lia propôs realizar uma oficina de construção coletiva com todos os responsáveis pelas estufas, para ouvir sobre usos atuais e desejados, se os espaços serão apenas para alunos ou abertos à comunidade e quais incentivos ou apoios adicionais poderiam ser oferecidos. Destacou que algumas ideias já estão em andamento, mas que a construção coletiva poderá aprimorá-las, demonstrando abertura para participação direta do Conselho, como André e demais interessados, e confirmou que poderá apresentar um material consolidado sobre o programa na próxima reunião. Encaminhou ainda a sugestão de visita técnica às estufas e a preparação de uma apresentação com informações atualizadas para o próximo encontro.

Agora segue a pauta 6.

Pauta 6 - Apresentação dos resultados do Acelerando Hortas 2 (Andréa ADESAMPA)

Lia Palm: Celebrou o Acelerando Hortas como a realização de um sonho e destacou sua importância junto ao programa Sampa+Rural, lembrando que o Sampa+Rural já atingiu quase 700 locais atendidos na cidade e atualmente realiza atendimentos estruturados em mais de 400, fornecendo insumos e assistência técnica. Ela explicou que o diferencial do Acelerando Hortas está na mentoria e no aporte financeiro de R\$ 30 mil para cada projeto selecionado, o que faz grande diferença nos territórios. Comentou que o programa teve sua primeira edição em 2023 e encerrou recentemente a segunda edição, em 2024, com um evento emocionante, acelerando 20 projetos na área da agricultura em geral e 13 projetos voltados às hortas escolares, fruto da parceria com a ADE SAMPa e o CPCD, liderado por Tião Rocha. Para Lia, o programa deixou de ser pontual e se consolidou como política contínua, com previsão de novos editais nos próximos anos, e compartilhou a visão de que, ao longo do tempo, todas as hortas atendidas pelo Sampa+Rural também terão oportunidade de passar pelo Acelerando Hortas. Ela reforçou que o evento de encerramento não representou um fim, mas sim um novo começo para os projetos participantes, fortalecendo as ações já em andamento, e agradeceu à ADE SAMPa e ao CPCD pela parceria, destacando a competência e sensibilidade da equipe envolvida, passando em seguida a palavra para Andréa da ADESAMPA.

Andréa Barreto: Destacou a importância da transformação promovida pelo projeto Acelerando Hortas 2, ressaltando o fortalecimento dos grupos, a entrega significativa e o aprendizado adquirido, compartilhando palavras que sintetizam o impacto positivo do projeto para participantes e comunidades envolvidas. Ela mostrou uma foto representando a “pedagogia da roda” do CPCD, método coletivo e participativo de sentar-se em roda, escutar e construir juntos, simbolizando união e reconhecimento entre as pessoas envolvidas e agradecendo a atenção.

André Biazoti: Destacou que achou a apresentação incrível, agradeceu a Andréa e toda a equipe da DE Sampa pelo projeto, ressaltando o avanço alcançado na execução e no impacto do programa, e sugeriu que os relatórios individuais de cada iniciativa fossem disponibilizados para análise detalhada pelo conselho, solicitando também que a apresentação fosse compartilhada no grupo. Andréa confirmou que fará o compartilhamento, comentou que enfrentam desafios na elaboração dos relatórios, especialmente na coleta de fotos comparativas no início e no final dos projetos para medir mudanças, e sinalizou que pretende trazer no próximo mês uma proposta do edital para o conselho discutir em conjunto, incluindo critérios e a construção do processo de seleção da próxima edição do projeto.

Lia Palm: Elogiou a apresentação da Andréa, destacando a qualidade e importância do projeto. Ressaltou a importância de acompanhar as discussões em andamento, especialmente sobre o Projeto de Lei “Vai na Horta”, citando pontos da minuta, como a restrição à implantação de estruturas físicas, que precisam ser observados com cuidado pelo conselho. Reforçou que o programa “Acelerando Hortas” está sólido, mas que sempre é possível pensar em melhorias, considerando as experiências dos agricultores para facilitar operação e implantação. Por fim, agradeceu a participação de todos, e encerrou a reunião, perguntando se Aloísio teria algo a acrescentar.

Aloísio Areias: Agradeceu a todos pela participação e solicitou que as próximas pautas para a reunião seguinte já comecem a ser organizadas e enviadas para a Secretaria Executiva.

Encaminhamentos:

Atualizações do programa Sampa+Rural do mês de Junho para a próxima reunião.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloísio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS



Aloísio Areias Bezerra da Silva
Assessor(a) III

Em 07/11/2025, às 15:36.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145490693** e o código CRC **B659678D**.

